

Assemb. Const. - GERAL

Política

Comissão propõe o ESTADO DE SÃO PAULO modelo francês para os futuros governos

Sete dos dez comitês temáticos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, criada pelo presidente José Sarney e presidida pelo jurista Afonso Arinos, já apresentaram suas conclusões. Resta apenas terminar três capítulos referentes ao Executivo, Legislativo e Judiciário, e a tendência majoritária é de instituição de uma forma híbrida de governo, presidencialista - parlamentarista, semelhante ao sistema francês. A informação foi dada ontem pelo professor Ney Prado, secretário-geral da comissão Afonso Arinos, durante encontro que manteve em São Paulo, para intercâmbio de idéias, com o jurista J. B. Viana de Moraes, presidente da Comissão de Estudos e Assessoramento Constitucional sobre Assuntos de Interesse Municipal, recentemente constituída pelo prefeito Jânio Quadros.

Quanto ao problema da segurança, disse Ney Prado que a tendência da comissão é de resguardar amplamente o direito do preso, o que "certamente vai descontentar camadas da população". Acrescentou que é difícil dosar o direito do cidadão com o direito do preso, uma vez que grande parcela da população prestante não atingiu ainda a plenitude de direitos fundamentais, como alimentação, saúde e habitação. Para ele, o grande problema é assegurar o direito do preso, sem que "mais tarde ele venha

a ter saudade, não da liberdade, mas sim da prisão".

Ney Prado considerou importante a contribuição que virá a ser prestada pela Comissão Municipal de Reforma Constitucional, integrada por 22 juristas, divididos em quatro sub-comissões: Organização Nacional, Declaração de Direitos, Ordem Econômica e Social, Família, Cultura e Educação.

Por sua vez, o jurista J.B. Vianna de Moraes disse que a comissão está examinando em profundidade o problema da reforma tributária, visando a dar mais autonomia aos municípios, ao que Ney Prado acrescentou que essa também é uma das preocupações da comissão Afonso Arinos.

Ney Prado adiantou que o anteprojeto que está sendo elaborado será entregue ao presidente Sarney, solenemente, no dia 5 de setembro. Acrescentou que o presidente da República terá então três alternativas: arquivá-lo, divulgar o documento visando a um debate nacional, ou emendá-lo, através de acréscimo ou retirada de dispositivos que entender lesivos aos interesses públicos.

À tarde, Ney Prado foi recebido pelo prefeito Jânio Quadros e, a seguir, fez palestra sobre aspectos da reforma constitucional aos juristas e integrantes da Comissão de Estudos e Assessoramento Constitucional sobre Assuntos de Interesse Municipal.